



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS



Habeas Corpus nº: 204.266-8
Comarca: Orocó
Vara: Vara Única
Impetrante: Valberto Matias dos Santos
Paciente: Maria das Dores Soares da Silva
Procurador: Gerusa Torres de Lima
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal
Relator: Des. Fausto Campos

220

HABEAS CORPUS. ENTORPECENTES. PRISÃO TEMPORÁRIA. INQUÉRITO CONCLUÍDO. DENÚNCIA OFERECIDA. PACIENTE NÃO DENUNCIADA. ÉDITO CONSTRITOR INSUBSISTENTE. MANUTENÇÃO. ILEGALIDADE.

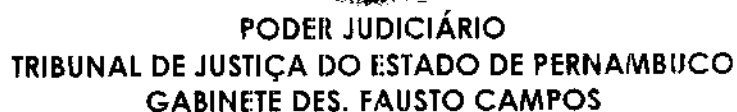
1. O instituto da prisão temporária, regulado pela Lei nº 7.960/89, como se extrai do texto legal, é próprio da fase inquisitorial somente admitido quando imprescindível para as investigações do inquérito policial, presentes quaisquer das hipóteses do art. 1º daquela norma.
2. Concluído o inquérito policial e instaurada a ação penal, sem o indiciamento nem a denúncia da paciente, insubstistente se tornou o decreto prisional temporário proferido para viabilizar o procedimento investigatório, se avultando manifestamente ilegal manter a medida com escopo apenas na possibilidade de aditamento à denúncia por eventuais provas a serem colhidas quando da prisão da imputada.
3. Ao decretar a prisão temporária a juíza não declinou lastro algum, além da imprescindibilidade da medida e da gravidade abstrata do crime, em afronta ao disposto no art. 93, IX, da Constituição Federal.
4. Ordem concedida com expedição de salvo-conduto. Unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus, em que figuram como partes as acima mencionadas. **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão realizada nesta data, à unanimidade, pela concessão da ordem, nos termos do relatório, votos e demais peças que integram o julgado.

Recife, 26 de janeiro de 2010.

Des. Fausto Campos
Relator



221

Habeas Corpus nº:	204.266-8
Comarca:	Orocó
Vara:	Vara Única
Impetrante:	Valberto Maticas dos Santos
Paciente:	Maria das Dores Soares da Silva
Procurador:	Gerusa Torres de Lima
Órgão Julgador:	Primeira Câmara Criminal
Relator:	Des. Fausto Campos

RELATÓRIO

Impetrou-se a presente ordem de Habeas Corpus, com pleito liminar, em favor de **Maria das Dores Soares da Silva**, apontando como autoridade coatora o Juízo da Comarca de Orocó, sob alegação de falta de justa causa para manutenção do édito de prisão temporária proferido nos autos do Inq. Policial nº 493.2009.000270-4, vez que concluídas as investigações e ofertada denúncia a Paciente não foi indiciada, nem denunciada.

Inicial instruída com os documentos de fls. 11/53.

Liminar indeferida (fls. 56/57). Informações requisitadas (fl. 59).

Por ofício de fls. 61/62 (via fax), instruído pelos documentos de fls. 63/34, a douta Juíza noticia que apesar de concluído o inquérito policial e oferecida a denúncia, as investigações policiais não foram encerradas, sendo a medida imprescindível para as investigações e posterior aditamento à atribuição, além de se tratar de delitos de tráfico de drogas e associação para o tráfico.

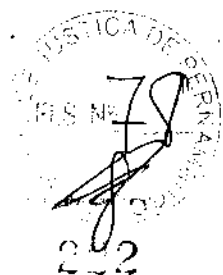
Em parecer de fls. 67/69, da lavra da Dra. Gersa Torres de Lima, a Procuradoria de Justiça opinou pela concessão da ordem.

Eis o importante a relatar.

RE: GEE-50



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS



VOTO:

Segundo consta dos autos, ao investigar a atuação de quadrilha voltada para a produção, financiamento e tráfico de entorpecentes, através da "Operação Cumaru", a Polícia Federal representou pela prisão temporária de quinze pessoas, dentre as quais estava a Paciente e seu esposo "Manuel".

A Juíza impetrada mediante decisão de fls. 26/27, exarada em 19.08.2009, acolhendo parecer Ministerial, decretou a prisão temporária dos representados, a quebra dos sigilos bancários de alguns dos suspeitos e as medidas de busca e apreensão requeridas pela autoridade policial.

Aduz o impetrante que o inquérito policial foi concluído e serviu de base para denúncia ofertada pelo Ministério Público (fls. 28/35), sem que da peça acusatória figure a Paciente como denunciada.

Noticia a juíza primeva que em observância aos prazos legais, foi encerrado o inquérito policial e a denúncia oferecida pelo Ministério Público contra os denunciados, prosseguindo, porém, as investigações, possibilitando, assim, eventual aditamento à denúncia para incluir os demais investigados.

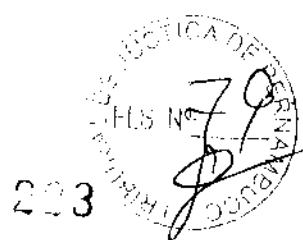
Salienta, a julgadora, que decidiu manter a custódia cautelar da Paciente por entender ser a medida imprescindível para as investigações em curso e posterior aditamento da denúncia e por se tratar de crimes de tráfico de drogas e associação para o tráfico.

Verifico cumprir razão ao Impetrante.

A Paciente teve a prisão temporária decretada com o escopo de viabilizar as investigações policiais, quando estava em curso inquérito no qual aparecia como suspeita de envolvimento em tráfico de entorpecentes, mas, concluído o procedimento investigativo não foi indiciada, tampouco teve seu nome incluído dentre as pessoas denunciadas pelo Órgão Ministerial.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS



O instituto da prisão temporária, regulado pela Lei nº 7.960/89, como se extrai do texto legal, é próprio da fase inquisitorial e somente pode ser decretada quando imprescindível **para as investigações do inquérito policial**, desde que presentes quaisquer das hipóteses do 1º daquela norma.

Desse modo, concluído o inquérito policial e instaurada a ação penal, sem o indiciamento nem a denúncia da Paciente, insubsistente se tornou o decreto prisional temporário proferido para viabilizar o procedimento investigatório, se avultando manifestamente ilegal manter a medida constritiva com escopo apenas na possibilidade de aditamento à denúncia por eventuais provas que se venham colhidas quando da prisão da Paciente. Nesse sentido:

"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PRISÃO TEMPORÁRIA. DENÚNCIA RECEBIDA. INSUBSISTÊNCIA DO DECRETO. **Uma vez recebida a denúncia não mais subsiste o decreto de prisão temporária, que visa resguardar, tão somente, a integridade das investigações.** Writ concedido para declarar a insubsistência da ordem de prisão temporária proferida nos autos do processo nº 29/03 que tramita junto a Vara Criminal da Comarca de Serrinha/BA". (STJ. HC 44.987/BA, 5ª Turma. Rel. Min. Felix Fischer, DJ 13.03.2006)

"HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. INQUÉRITO POLICIAL. ART. 12 DA LEI 6.368/76. PRISÃO TEMPORÁRIA. OFERECIMENTO DE DENÚNCIA. INSUBSISTÊNCIA DO DECRETO. 1. *Uma vez oferecida a denúncia não mais subsiste o decreto de prisão temporária, que visa resguardar, tão somente, a integridade das investigações.* 2. Ordem concedida para revogar a prisão temporária decretada nos autos do processo n.º 274/2006, em trâmite na Vara Única da Comarca de Ipaçu/SP". (STJ. HC 78.437/SP, 5ª Turma. Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 13.08.2007)

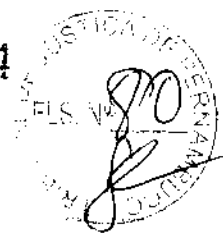
No caso *sub judice*, não há notícias de que a prisão temporária tenha sido substituída por decreto prisional preventivo, estando a liberdade da Paciente sob risco de constrição por ordem judicial cuja eficácia se esvaiu com a instauração da persecução penal, portanto, nitidamente ilegal é a coação.

Lado outro, ao proferir o édito prisional não cuidou a julgadora de declinar lastro algum, além da alusão genérica à imprescindibilidade da medida para as investigações e à a gravidade do delito investigado (fls. 26/27).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

234



Nesse diapasão, tenho que a custódia cautelar açoitada não se adequa ao ditame constitucional do art. 93, IX, da Carta Magna de 1988, que gravou com as tintas da obrigatoriedade, pena de invalidade, que todas as decisões judiciais devam ser devidamente fundamentadas.

Ao revés do imperativo constitucional, a decisão açoitada se resente da mais absoluta desfundamentação, sendo, sob o enfoque do Missal Maior, nula de pleno direito, imprestável para os fins a que se propõe.

Inferi-se, da leitura do decreto prisional, pois, que a magistrada não demonstra, concretamente, as razões de fato ou os motivos constantes dos autos do inquérito que a convenceram da necessidade da constrição à liberdade da Paciente para possibilitar o andamento das investigações.

Por tais razões, voto pela concessão da ordem, para determinar a expedição de salvo-conduto em favor da Paciente.

É como voto.

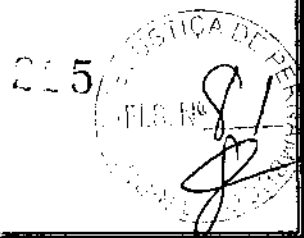
Recife, 26 de janeiro de 2010.

Des. Fausto Campos
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

GABINETE DES. ROBERTO FERREIRA LINS



HABEAS CORPUS Nº204266-8 - Orocó (Vara Única)

IMPETRANTE: O Bel. Valberto Matias dos Santos

PACIENTE: Maria das Dores Soares da Silva

ÓRGÃO JULGADOR: Primeira Câmara Criminal

RELATOR: Des. Fausto de Castro Campos

PROCURADORA: Drª. Gerusa Torres de Lima

VOTO/VISTA

Senhores Desembargadores, Senhor(a) Procurador(a) de Justiça.

Pedi vista dos autos do presente remédio heróico depois do voto do insigne Desembargador Fausto de Castro Campos, Relator, que concedeu a ordem, para relaxar a prisão temporária da paciente, por entender, em síntese, que, iniciada a ação penal sem a inclusão da paciente na peça acusatória, aquele decreto tornou-se insubsistente e marcado pela ilegalidade, além de padecer de falta de fundamentação, malferindo o artigo 93, IX, da Constituição Federal.

Estou de inteiro acordo com o pensamento do eminente Relator, pois que a persistência dessa iníqua prisão temporária depois de iniciada a ação penal, quando nem sequer a paciente foi inserida na denúncia, fere, a todas as luzes, a razoabilidade, exibindo-se o edito objurgado, no âmbito do hoje, com inegável eiva de ilegalidade.

Além disso, como bem frisou o preclaro relator, padece o decreto de prisão temporária de fls. 26 a 27 de falta de motivação adequada, especialmente porque não indica caso concreto que justifique a necessidade da prisão temporária da paciente, limitando-se a dizer, de modo genérico, que a medida é imprescindível para as investigações, tendo em vista que a permanência dos requeridos em liberdade dificultará a correta apuração dos crimes, em razão da possibilidade da destruição das provas. Nenhum fato definido indicou a togada monocrática para justificar a decretação da prisão temporária da paciente. Irrito, pois, o edito de coarctação confutado pelo impetrante.

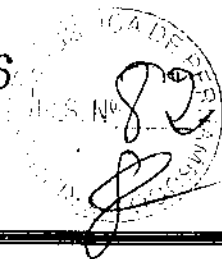
Na realidade, a paciente já foi investigada e nenhum óbice existe, obviamente, à continuação das perquirições pela autoridade policial, nada obstando, igualmente, que, no futuro, a autoridade judiciária, em havendo efetiva necessidade, venha a ordenar a sua custódia cautelar. Agora, o que não é razoável, repito, é a subsistência de um edito de prisão temporária sem motivação idônea, que consubstancia, dada a sua atual desnecessidade, ameaça de constrição extralegal à liberdade de ir e vir da paciente, que não chegou sequer a ser indiciada.

Em hipótese símil, o Superior Tribunal de Justiça foi enfático no tocante à necessidade da motivação da prisão temporária. Vejamos:



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ROBERTO FERREIRA LINS

226



"É evidente o constrangimento ilegal se a prisão temporária foi determinada tão-somente "para uma melhor apuração de seus envolvimento", sem a demonstração concreta da imprescindibilidade da medida, ressaltando-se que, nos termos do art. 2º, da Lei nº 7.960/89, "o despacho que decretar a prisão temporária deverá ser fundamentado".

A gravidade dos delitos não é fundamento suficiente para justificar a imposição da custódia cautelar" (RHC 20410/RJ, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, J. 15.10.2009, Dje 09.11.2009).

Com essas breves considerações, acompanho o ínclito Relator e voto no sentido da concessão da ordem, para que seja expedido em favor da paciente o competente salvo-conduto, vinculado ao feito criminal de nº 493.2009.000270-4 e à modalidade de prisão ora invalidada.

Recife, 26 de Janeiro /2010.

Des. Roberto Ferreira Lins